

Quinta-feira, 14-7-88

Geral

—SBPC

AMBIENTE, O GRANDE DEBATE.

Com críticas à teoria de que o progresso econômico-social depende do crescimento do consumo energético e à intenção do governo de instalar siderúrgicas nas proximidades das jazidas minerais da Amazônia, além de um amplo roteiro sobre os problemas ambientais do País, o terceiro dia de debates da 40ª Reunião Anual da SBPC, ontem, foi dedicado principalmente a um amplo debate sobre a qualidade de vida no Brasil. Mas se discutiu também os problemas causados pelas drogas e o trabalho realizado com os menores marginalizados. Esses assuntos foram cobertos pelos repórteres Randau Marques, Rita di Biaggio, Lenora Matteucci e Guilherme Salgado Rocha.

**Siderúrgicas
na Amazônia: críticas
e mais críticas.**

— Se São Paulo, o mais desenvolvido Estado brasileiro, tem sua Cubatão, por que a Amazônia não pode ter algumas, levando-se em conta que somos a metade territorial do País? — argumentam os defensores da implantação de indústrias siderúrgicas nas proximidades das jazidas minerais da Serra dos Carajás. “E quem vai discutir com eles, num lugar onde custa Cz\$ 50 mil para matar um homem e Cz\$ 200 mil para destruir tudo o que vive num hectare?”, perguntou o geógrafo Orlando Valverde, presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA).

A pergunta surgiu durante o simpósio “A Problemática da Amazônia e a Consciência Nacional — Ecodesenvolvimento e Questões Sociais e Econômicas”, que lotou o auditório do Instituto de Física da USP durante mais de três horas. Imagine um cubo com base de 100 metros por 100 metros e uma altura igual à de um edifício de 50 andares, propôs Valverde: “Pois é o que apenas nove das 19 indústrias siderúrgicas de ferro-gusa irão consumir de carvão vegetal por ano, e que vai exigir o corte raso de 35 hectares de floresta por dia”.

Como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônica lembrou que a totalidade das siderúrgicas exigirá a devastação de 720 quilômetros quadrados por ano, Valverde complementou: “Vamos exportar a floresta amazônica sob a forma de carvão e ferro-gusa vendidos a preços baixíssimos. Será que os defensores da soberania nacional sobre aquela área — que há pouco tempo proibiram até um congresso internacional de cientistas especializados em regiões neotropicais,” que teve de ser transferido para Maputo (Suriname) — estavam defendendo a Amazônia apenas para entregá-la no domicílio de seus compradores?”

Dos nove projetos siderúrgicos aprovados pelo Programa Grande Carajás, em fins de 1985, cinco terão que importar água de locais distantes, pois na região de Açailândia não há água bastante para abastecer essas indústrias na cabeceira do Rio Gurupi, e o lençol freático jaz a dezenas de metros de profundidade. O pólo de Paraupebas, no sopé meridional da Serra dos Carajás, é uma réplica do Vale de Cubatão: muito quente, abafada quase o ano todo por calmarias, cortada pelo frágil rio Itacaúnas e cercada por velhos, porém produtivos castanheais que logo serão convertidos em carvão. A industrialização decorrente de Carajás não poupará ao menos — já no Maranhão, em Rosário — o estuário que deu nome ao próprio presidente da República, o do São José do Ribamar, a ser poluído através do rio Itapecuru.

Somente essas nove usinas de ferro-gusa exigirão 1,1 milhão de toneladas/ano de carvão. Os poluentes aéreos e hídricos irão acabar, segundo Valverde, com uma floresta onde vivem dois milhões de seres biológicos vivos, dos quais só 500 mil já foram estudados pela Ciência. Além, é claro, de ocasionar uma diminuição no preço da vida no que ele chama de quadrilátero do crime: uma área três vezes maior que o Estado do Rio, entre Conceição do Araguaia, São Félix, Bacabal e Paragominas, onde a vida não vale nada. Há até escritórios de assassinos com tabuleta discreta funcionando em cidades como Imperatriz. Os empresários tradicionais, que antes viam com bons olhos os novos tempos do progresso, hoje têm medo de perder suas vidas. Os capangas não respeitam ninguém, inclusive deputados defensores da ecologia ou das populações nativas — finalizou, referindo-se à Fábio Feldmann.

Chamado de “duelo de titãs” — uma referência à presença de especialistas como Aziz Ab-Saber, Philip Fernside, Violeta Loureiro e outros cientistas, como o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia —, o simpósio terminou com a recomendação de que a SBPC deve reunir todos os estudos sobre essa Amazônia maior que a Argentina e coordenar uma ação de toda a sociedade e de todas as universidades brasileiras para que se possa evitar, enquanto ainda há tempo, que a prometida “cubatização” da última floresta do mundo seja concretizada.



CT 101825